

## Observações sobre a “reforma crucial”<sup>1</sup>

Michal Kalecki  
Tadeuz Kowalik

1. O problema da reforma no capitalismo é frequentemente colocado na literatura socialista como a questão de conciliar a luta por reformas com a luta revolucionária – ou seja, a luta para mudar completamente o sistema social – e de conduzir a luta por objetivos imediatos e parciais de forma que fortaleça, e não enfraqueça, o potencial revolucionário dos movimentos de massa.

Aqui abordamos uma forma extrema desse problema, que não parece ter sido adequadamente estudada. Imaginemos que a forte pressão das massas leve a uma reforma tão radical do sistema, apesar da oposição da classe dominante, que, sem abolir as relações de produção existentes, abra uma nova válvula para o desenvolvimento das forças produtivas. Isso criaria então uma situação paradoxal: uma "reforma crucial" imposta à classe dominante poderia estabilizar o sistema, pelo menos temporariamente. Como argumentamos a seguir, é exatamente essa a situação do capitalismo contemporâneo.

2. Devemos dizer desde já que o problema aqui examinado tem pouco em comum com o reformismo de Edward Bernstein. O autor de *Socialismo Evolucionário*<sup>2</sup>, baseando-se em uma interpretação unilateral de certos fenômenos econômicos e sociais novos, argumentou que o desenvolvimento econômico espontâneo e as reformas sociais graduais transformariam as sociedades capitalistas maduras em sociedades socialistas. Para ele, o partido deveria ter a coragem de admitir abertamente que era um partido de reformas sociais e não um partido revolucionário.

Do ponto de vista econômico, Bernstein cometeu dois erros cruciais. O mais importante foi não perceber a contradição entre produção e realização no capitalismo, reduzindo crises de superprodução a desproporções no desenvolvimento de setores produtivos específicos. É por isso que ele acreditava que cartéis e trustes, assim como as instituições de crédito, eliminariam a anarquia da produção em escala social. Em segundo lugar, Bernstein tirou conclusões exageradas a respeito da influência limitadora dos sindicatos e cooperativas de consumidores sobre os lucros do capital. Ele não apenas negou a teoria do “empobrecimento absoluto” então presente na literatura socialista (ponto no qual estava inquestionavelmente certo), mas também argumentou que os lucros, sob pressão de tais organizações, seriam gradualmente transformados em salários gerenciais. Isso revela sua falta de compreensão sobre dois problemas fundamentais da economia capitalista: (i) a redução dos lucros em prol de salários gerenciais por meio do aumento dos salários nominais é altamente improvável (considerando o impacto de tais aumentos nos preços); (ii) o desaparecimento dos lucros "puros" levaria à estagnação

---

<sup>1</sup> O artigo "Observations on the 'Crucial Reform'" foi publicado pela primeira vez em italiano como "Osservazioni sulla 'riforma cruciale'" na revista Política de Economia, em 1971, sendo traduzido para o inglês por Chester Adam Kisiel, como consta em *Collected Works of Michal Kalecki. Volume II - Capitalism Economic Dynamics*, de 1991. A tradução do inglês para o português foi feita por Luciano Alencar Barros.

<sup>2</sup> E. Bernstein; *Evolutionary Socialism: A Criticism and Affirmation*; New York, Heubsch, 1909.

econômica, uma vez que os lucros não distribuídos das empresas são um dos principais incentivos para o crescimento econômico.

3. A visão de dois críticos de Bernstein, Rudolf Hilferding e Rosa Luxemburgo, merece atenção cuidadosa do ponto de vista aqui levantado.

Pode parecer que as visões de Hilferding não diferem tanto das de Bernstein. Aquele também atribuía as crises ao desenvolvimento desproporcional de setores de produção individuais, e considerava possível eliminá-las por meio da “organização” do capitalismo. A partir deste ponto, no entanto, há diferenças essenciais entre as posições de Bernstein e as de seu crítico. O autor de *Capital Financeiro* argumentava que “a produção planejada e a produção anárquica não são opostos quantitativos, de tal forma que, adicionando mais “planejamento”, uma organização consciente emergiria da anarquia... esperar a abolição das crises a partir de cartéis individuais apenas demonstra falta de compreensão sobre as causas das crises e a estrutura do sistema capitalista”<sup>3</sup>. A anarquia e as crises econômicas só poderiam ser eliminadas por meio de um “cartel geral”, no qual a produção seria conscientemente controlada por uma instituição central e os preços seriam apenas um instrumento formal para a distribuição do produto total.

Ademais, Hilferding acreditava que a transição de carteis e trustes dispersos para um cartel geral seria uma transformação que “só poderia ocorrer de forma súbita, subordinando toda a produção a um controle consciente”<sup>4</sup>. Talvez, pela primeira vez na história das doutrinas, possamos ver nessa visão – ainda que não totalmente explicada – uma ideia similar ao conceito desenvolvido aqui de “reforma crucial”, embora não saibamos se, na opinião de Hilferding, ao menos de indiretamente, a pressão das massas desempenharia algum papel.

Desenvolvendo sua visão de “cartel geral”, Hilferding enfatizou que não acreditava na estabilidade do sistema que corresponderia a esta ideia. Ainda que um “cartel geral” pudesse resolver as contradições econômicas básicas do capitalismo, ele acreditava que tal sistema teria que colapsar por razões sociais e políticas, “porque ele inevitavelmente se despedaçaria devido ao conflito de interesses, que se intensificaria ao extremo”<sup>5</sup>. Infelizmente, Hilferding também deixou essa afirmação em aberto, tornando difícil avaliá-la em seus próprios méritos. Por outro lado, o que é interessante e bem documentada é sua análise das contradições internacionais entre potências imperialistas e das tendências que levariam a conflitos militares entre “cartéis gerais” nacionais. Hilferding via nesses conflitos internacionais uma perspectiva para a revolução socialista, dados os intensos antagonismos de classes entre esses cartéis.

Encontramos certa antecipação da visão de Hilferding sobre um cartel geral muito antes nos trabalhos do sociólogo polonês Ludwik Krzywicki<sup>6</sup>, que notou fortes tendências em direção a um “feudalismo industrial”. Essa era a visão de um “estado-nação” – um tipo de estado feudal que abrangeria todo o país – com uma estrutura social hierárquica

---

<sup>3</sup> R. Hilferding, *Finance Capital: A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*, London, Routledge & Kegan Paul, 1985, pp. 296-7.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> L. Krzywicki, *Idea and Practice: Collected Article, 1883-1892*, Warsaw, PWN, 1957 (em polonês).

governada por uma oligarquia financeira. Krzywicki vinculou esta visão à conformação simultânea em massa da sociedade, incluindo a classe trabalhadora, que obteria certos benefícios materiais desse “estado”. É por isso que ele atribuiu considerável estabilidade ao sistema de feudalismo industrial, aparentemente chegando até a vê-lo como uma ameaça a uma eventual alternativa socialista.

4. As visões de Rosa Luxemburgo diferem em essência daquelas de Hilferding. Para ela, a contradição fundamental do capitalismo não é o desenvolvimento desproporcional de setores industriais individuais, mas sim a separação entre produção e mercado. Em sua análise da divergência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, o principal problema seria a realização dos excedentes acumulados.<sup>7</sup> Adotando uma posição extrema, ela acreditava que uma condição indispensável para a realização dos excedentes seria a existência de mercados fora do sistema capitalista. Esse fator, até se esgotar com a completa expansão do capitalismo pelo mundo, permitiria o desenvolvimento contínuo dentro do sistema capitalista. Embora essa visão seja exagerada, enfatizar o papel dos mercados externos no desenvolvimento do capitalismo é muito importante, inclusive para o problema aqui analisado. Uma consequência lógica dessa abordagem da contradição do capitalismo foi a conclusão correta de Luxemburgo de que o desenvolvimento de novas formas organizacionais do capitalismo (cartéis e trustes) não reduziria a discrepância entre o potencial de produção e as possibilidades de venda, mas poderia até mesmo intensificá-la.<sup>8</sup>

Até aqui não há convergência entre essas visões e a ideia de Hilferding. Ainda assim, há um elemento na teoria econômica de Luxemburgo que não foi enfatizado por ela, mas que, como veremos, em certa medida possui paralelo com a teoria de Hilferding. Ela entendia por “mercado não capitalistas” também o mercado de compras governamentais, especialmente encomendas de armamentos.<sup>9</sup> Hoje sabemos que, se o financiamento dos armamentos não reduzir o consumo dos trabalhadores (ou seja, se for feito por meio de endividamento ou impostos sobre os capitalistas), ele contribui para a realização dos lucros acumulados. (No primeiro caso os lucros são realizados por meio da venda de bens excedentes apropriados pelos capitalistas com base no endividamento do governo com eles; no segundo caso, esses lucros “adicionais” seriam absorvidos por meio de impostos).

Apesar de todas as diferenças de abordagem entre Hilferding e Luxemburgo, suas ideias são similares neste ponto. Se aplicadas em uma escala suficientemente grande, essas compras governamentais, ao menos a princípio, podem superar a discrepância entre o potencial de produção e a capacidade dos mercados. A aplicação sistemática desta medida, no entanto, levaria à formação de um sistema de empresas e trustes no qual haveria uma alta taxa de emprego de capital físico e trabalho. O sistema de

---

<sup>7</sup> Ver R. Luxemburgo, *The Accumulation of Capital*, London, Routledge & Kegan Paul, 1971.

<sup>8</sup> Luxemburgo desenvolveu essa tese em um livreto contra a doutrina de Bernstein, ‘Social Reform or Revolution?’, in Dick Howard (ed.), *Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*, New York and London, Monthly Review Press, 1971.

<sup>9</sup> O capítulo 32 de “*The Accumulation of Capital*” é intitulado: “Militarism as a Province of Accumulation”.

intervencionismo governamental substituiria, nesse campo, a instituição do planejamento central contida no conceito de um “cartel geral”.

Assim como Hilferding, Rosa Luxemburgo vincula de forma estreita as perspectivas de uma revolução socialista (ou, mais precisamente, revoluções) com a esperada rodada de guerras imperialistas. Com a contração do ambiente não capitalista, haveria aumento da rivalidade por mercados onde os bens correspondentes à acumulação não realizada poderiam ser vendidos, o que representaria as sementes sempre presentes do conflito militar. Os armamentos que ajudariam a realizar o excedente também contribuiriam para as guerras. Estas eventualmente levariam a uma superação revolucionária do sistema capitalista. A conexão da revolução socialista com as guerras imperialistas é também a quintessência da estratégia e teoria da revolução de Lenin.

5. Essas ideias sobre a evolução do sistema capitalista e as perspectivas de seu eventual colapso surgiram antes de 1914, quando, como alguém observou de forma inteligente, o século XIX finalmente terminou. O meio século que nos separa do início da Segunda Guerra não confirmou completamente nenhuma das previsões e hipóteses apresentadas nas seções 3 e 4. Na história social e econômica dessa época, no entanto, encontramos muitos eventos e tendências que são confirmações parciais de cada uma destas previsões.

A Segunda Guerra eclodiu em um contexto de luta por mercados, sobre a divisão do mundo. Economias nacionais, trabalhando para as necessidades de guerra, especialmente na Alemanha, foram submetidas a certos controles. Fora do setor que trabalhava diretamente para as necessidades de guerra, no entanto, não havia planejamento central da produção em uma escala mais ampla. Esse planejamento e organização central apareceram com mais força no racionamento minucioso e abrangente de bens de consumo básicos.

Uma série de levantes revolucionários em massa eclodiu em 1917. Somente a revolução russa, que se deu em um país atrasado com uma questão agrária não resolvida e sérios conflitos de libertação nacional, foi bem sucedida. Os países industriais desenvolvidos mantiveram o sistema de capitalismo monopolista não reformado. Exceto pela jornada diária de 8 horas e vários tipos de seguros sociais conquistados pela classe trabalhadora em diferentes países, o capitalismo durante os anos 1920 operou mais ou menos da mesma forma que antes da guerra.

O divisor de águas foi a crise de 1929-33, que abalou as bases do sistema capitalista. Seus fracassos contrastaram com o progresso da economia da URSS, que, naquela época, se desenvolvia rapidamente. O período de “reforma crucial” do capitalismo começou, especialmente nos dois principais países capitalistas que foram mais fortemente afetados pela crise, a Alemanha e os Estados Unidos. Com uma oposição inicialmente bastante forte da grande burguesia, os governos capitalistas passaram a proteger as bases de seu sistema contra a ameaça do desemprego em massa. O que é bem típico, porém, é que esse programa de melhoria da economia capitalista não consistiu em um controle planejado, mas na intervenção governamental para preencher a lacuna da insuficiência de demanda e organizar o emprego adicional. Na Alemanha nazista, o estímulo ao crescimento dos negócios foi de natureza militar desde o começo.

Pode-se dizer que durante a Segunda Guerra Mundial as economias dos países capitalistas europeus em larga medida tomaram a forma de capitalismo centralmente controlado. A natureza total da guerra, resultante principalmente da técnica militar daquele tempo, foi a principal razão para isso. Contudo, a partir do fim da guerra e um curto período de reconversão, o controle central da economia capitalista enfraqueceu consideravelmente. O que se consolidou no lugar foi um sistema de grandes corporações com mercados suplementares garantidos por compras governamentais, especialmente de armamentos, o que permitiu a realização dos lucros acumulados. A parcela do gasto público no total da demanda por bens e serviços cresceu consideravelmente em comparação com o período entreguerras. Além disso, em alguns países capitalistas europeus, o governo influenciou a economia por meio de indústrias nacionalizadas. Em alguns destes países, a interferência do governo aumentou nos ramos e estruturas regionais de produção por meio de subsídios, diferenciação de fiscal e política creditícia.

A Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de “reforma crucial”. A intervenção do governo na expansão dos mercados tornou-se uma instituição, tornando possível limitar o desemprego a poucos por cento e, assim, na prática, aceitar algo semelhante ao slogan do “direito de trabalhar” defendido pela revolução de 1848 (em alguns países capitalistas líderes havia até legislação a esse respeito). Esse estado de coisas (junto com a considerável expansão da seguridade social) levou a uma certa transformação na classe trabalhadora, que, no geral, se tornou radicalmente reformista em sua atitude em relação ao capitalismo. A manutenção de altas de emprego nos países capitalistas centrais geralmente proporciona aos trabalhadores um nível satisfatório de renda real. Com o alto e estável emprego, os salários reais, ao menos a prazos maiores, crescem junto com a produtividade, a menos que uma queda em sua parcela na renda compense isso. Como consequência, atitudes anticapitalistas enfraqueceram consideravelmente.<sup>10</sup> Em alguns países, trabalhadores que se tornaram conformistas até deixaram de lutar pela redução dos armamentos (na medida em que estavam cientes de que o nível elevado de emprego dependia da produção de armamentos). Por outro lado, ao menos após um certo período de “neoliberalismo”, os trabalhadores se tornaram bastante sensíveis a aderir às “regras do jogo” mencionadas acima (junto com a questão de sua participação na renda nacional). Se, por alguma razão, essas regras fossem violadas, então as reações poderiam ser muito fortes, expressando o ódio de classe reprimido.

O capitalismo contemporâneo é frequentemente chamado de “controlado”. Mesmo o desenvolvimento do planejamento central no capitalismo é por vezes mencionado. Isso parece ser um erro. O fato de o país ser, na prática, governado por um conglomerado de grandes consórcios, e que tais governos garantem níveis relativamente altos empregos de capital fixo e trabalho, dificilmente significa (como se segue de nosso argumento) planejamento central. A intervenção estatal por meio da manipulação do orçamento (compras governamentais e política tributária) pode ser diversificada, com seu padrão ao longo do tempo determinado pelo desejo, ao menos temporário, de enfraquecer a posição da classe trabalhadora com algum desemprego insignificante, sendo as direções dessa intervenção determinadas principalmente pela luta entre diferentes grupos de capitalistas. Como regra, porém, as ações dos governos são suplementares, preenchendo lacunas de insuficiência de demanda ou organizando áreas adicionais para a realização de

---

<sup>10</sup> Ver Kalecki, “Political Aspects of Full Employment”, Collected Works, vol. I.

lucros acumulados. No planejamento central do sistema socialista, por outro lado, assegurar um poder de compra adequado é parte inerente do plano. Após a decisão sobre a distribuição da renda nacional entre investimento e consumo ser tomada no plano, uma relação entre os preços dos bens de consumos e os salários é estabelecida de tal forma a criar demanda para tais bens igual à sua oferta planejada.

O cartel geral de Hilferding também operaria em uma forma fundamentalmente diferente da intervenção governamental. Métodos correspondentes à teoria dos “mercados adicionais” de Luxemburgo implicariam resultados similares aos de Hilferding no uso dos recursos, e, principalmente, nos níveis de emprego. Sobre o “cartel geral”, devemos enfatizar que nos EUA surgiu um enorme complexo industrial-militar que, agora, juntamente com a exploração espacial, tem uma grande influência sobre as relações sociais e econômicas como um todo, e assim, em algum medida, apresenta algumas semelhanças com o conceito de Hilferding.

6. Depois da Segunda Guerra, também surgiu um grupo de países em desenvolvimento cuja industrialização se beneficiou da experiência dos países socialistas. Esses países de forma alguma podem ser considerados socialistas, apesar de poderem se autodenominar como tal. São ex-colônias que conquistaram sua independência como resultado da última guerra e baseiam seu desenvolvimento na chamada economia mista. Em tais países, o governo frequentemente desempenha um papel importante na indústria pesada, nos transportes e nos bancos, especialmente em novos investimentos produtivos. As reformas agrárias realizadas nestes locais foram, em geral, mais radicais em suas premissas iniciais do que em suas execuções. Tratam-se de “regimes intermediários”, cujo núcleo é o setor público, tendo como base social a classe média baixa e o campesinato mais abastado.<sup>11</sup> Ademais, existem grupos antagônicos ao sistema: de um lado, remanescentes do feudalismo, capital estrangeiro e grandes capitais privados locais, e, de outro, pequenos proprietários e camponeses sem terra, pequenos artesãos, trabalhadores empregados em pequenos estabelecimentos e numerosos grupos de população periférica sem emprego permanente. Embora esses países formulem planos de desenvolvimento ambiciosos, sua execução em geral fica aquém dos objetivos. Pode-se dizer, de maneira geral, que esses países também passaram por uma “reforma crucial”, embora de formas diferentes e com consideravelmente menos estabilidade do que os países “neocapitalistas”.

7. Outro resultado da Segunda Guerra Mundial foi a expansão do sistema socialista para muitos países novos, que, geralmente, não eram industrializados. O resultado mais importante desta guerra do ponto de vista da situação internacional foi a emergência de duas superpotências: uma no campo dos países do capitalismo desenvolvido e a outra no campo socialista. Os países ocidentais são militarmente dependentes dos EUA. As relações mútuas entre os países “neocapitalistas” são determinadas principalmente pelo antagonismo entre eles e os países do bloco socialista. Considerando também os fortes laços econômicos (como a existência de corporações multinacionais, especialmente

---

<sup>11</sup> Ver ‘Intermediate Regimes’, em Kalecki, *Essays on Developing Economies*, Hassocks, England, Harvester, 1976, ch. 4, and *Collected Works*, vol. v.

americanas, e o Mercado Comum Europeu), os conflitos militares dentro do sistema capitalista hoje é altamente improvável. Isso seria tão perigoso para o sistema capitalista quanto uma eventual repetição da Grande Depressão. Os armamentos nos países “neocapitalistas” estão sendo acumulados principalmente para um conflito com a URSS e outros países socialistas. Com a crescente conscientização de que uma guerra entre os dois blocos resultaria no uso de armas não convencionais e, assim, na destruição mútua, os armamentos aqui servem como uma demonstração de poder. As viagens espaciais, em grande parte, têm a mesma natureza. Seu objetivo é demonstrar eficiência tecnológica e militar.

Esse estado de coisas encontrou expressão teórica na doutrina da coexistência pacífica, proposta pelos países socialistas. Essa doutrina se apoia em dois pilares: algumas revoltas que os países “neocapitalistas” estão enfrentando não constituem uma ameaça à sua existência no presente ou no futuro próximo; e uma guerra termonuclear entre os dois blocos resultaria na autodestruição mútua.

De fato, a experiência de muitos anos mostra que as guerras agora estão sendo travadas em conexão com os assuntos do chamado terceiro mundo. O exemplo mais típico é a expedição punitiva americana ao Vietnã, com o objetivo de conquistar esferas de influência no extremo oriente ou, talvez e mais importante, de dar um exemplo que desestimule revoltas camponesas (simultaneamente, essa expedição também foi resultado da luta entre vários grupos do capital americanos sobre a direção da intervenção no ciclo econômico, como mencionamos anteriormente). Guerras desse tipo não podem causar revoluções em tais países, já que não são totais.

A conclusão deve ser que a teoria da revolução socialista se desenvolvendo como resultado de guerras imperialistas é hoje, em grande parte, uma relíquia histórica (exceto nos países do terceiro mundo). A famosa hipótese de Karl Kautsky da cooperação “ultra imperialista” entre os países capitalistas,<sup>12</sup> que em sua época era utópica e pacifista, está agora mais próxima da realidade neste (e somente neste) aspecto do que as ideias de Rudolf Hilferding e Rosa Luxemburgo opostas a essa hipótese.

**8.** Este artigo é mais uma tentativa de entender a situação atual (e seu possível desenvolvimento no futuro próximo) do que um desejo de fazer um prognóstico de longo prazo. A relativa estabilidade do capitalismo reformado depende de um alto grau de conformidade social. Pode-se expressar a opinião cautelosa de que os recentes movimentos estudantis parecem ser um presságio da capacidade declinante do aparato de poder burguês de manipular novas gerações que entram na cena histórica. Este fenômeno torna-se ainda mais sério, pois, com o rápido avanço da ciência e da tecnologia, os intelectuais começam a desempenhar um papel cada vez maior como grupo social. Por enquanto, os movimentos estudantis, em alguns casos, têm contribuído para intensificar os protestos da classe trabalhadora contra a violação das “regras do jogo”, das quais falamos anteriormente, e para a ampliação do apelo de slogans que convocam a dissidência em massa.

---

<sup>12</sup> K. Kautsky, ‘Der Imperialismus’, Die Neue Zeit, 2, 1914; para uma tradução de partes deste artigo, ver P. Goode (ed.), Karl Kautsky: Selected Political Writings, London, Macmillan, 1983, esp. p. 88.